

# GLOBALIZAÇÃO, UMA VOLTA NO TEMPO

Benedicto Heloiz Nascimento\*

**Resumo:** Discussão dos problemas gerados nos governos que se sucederam ao regime militar, particularmente a partir da segunda presidência civil, destacando-se a necessidade e importância da política econômica nacionalista, promotora das forças produtivas brasileiras. Tal política seria promotora de mudanças, visando reduzir a situação de dependência do país em relação ao mundo desenvolvido, mostrando ao mesmo tempo que nacionalismo não implica isolamento ou xenofobia.

**Palavras-chave:** Política econômica; Desenvolvimento econômico; Protecionismo; Economia brasileira.

A partir de 1988, com a nova Constituição, o país entra num processo de desmanche do aparelho estatal e destruição das defesas do seu mercado interno. A Federação e o Executivo perdem poderes e recursos financeiros, capacidade e liberdade de atuação, enquanto órgãos governamentais são extintos, funcionários treinados conduzidos a um processo de demissão ou de aposentadoria precoce.

Desse ponto em diante, a ação direta do governo na vida econômica passa a ser condenada e reduzida de fato, com o avanço da desestatização. As empresas públicas são vendidas a particulares de quaisquer procedências e interesses, até mesmo a estatais de países do Centro, mas, significativamente, procura-se inibir as operações realizadas com fundos de pensão de estatais brasileiras.

O nacionalismo, compreendido como a defesa e promoção do mercado, do capital, do investimento, da criação, da criatividade e do trabalhador brasileiros, começa a ser, mais rapidamente, abandonado e condenado com nova ênfase e maior força.

As idéias de nação e de povo são combatidas e mostradas como se fossem anacrônicas e perigosas. Isso é difundido pelos países ricos, auxiliados por empresas transnacionais e grupos minoritários no país, ligados a interesses ou organizações de caráter internacional. É uma verdadeira volta no tempo em que a teoria das vantagens comparativas da economia clássica ressuscita para, como antigamente, ser aceita e aplicada nos países periféricos.

Esquece-se que as pessoas participam da humanidade através da nacionalidade, que existe uma interação entre ação e conduta individual e do grupo social maior a que se pertence. Assim, se o progresso da nação depende da inteligência, espírito inventivo, iniciativa própria, parcimônia, moralidade e operosidade dos indivíduos, eles só poderão ser responsáveis por realizações importantes caso contem com leis e instituições públicas adequadas, garantidoras de um mínimo de liberdade de atuação e, também, de proteção, incentivo e apoio às suas atividades, materializadas na ação de um corpo maior que é a nação. Este é o quadro de

---

\* Instituto de Estudos Brasileiros USP, Av. Prof. Mello Moraes, Trav. 8, n. 140, 05508-900 São Paulo (SP), Brasil. e-mail: heloiz@usp.br

liberdade protegida e controlada, que permite extração de material e estímulo para o aperfeiçoamento das instituições, da ciência, da indústria e do comércio, que irá atrair mais fatores de progresso, geradores do desenvolvimento econômico, que sempre estão buscando locais onde coexistam em equilíbrio: liberdade, apoio e proteção (LIST, 1986, p. 5, 81, 82). Aqui a ideologia aparece nitidamente como instrumento de poder. O liberalismo é difundido de modo a tornar-se um forte aliado na dominação das economias subdesenvolvidas e na sua manutenção como dependência econômica do Centro, à medida que ele condena e obscurece a possibilidade de utilizar mecanismos e instrumentos que permitam proteger o mercado nacional e forneçam impulso e apoio para a instalação e desenvolvimento da produção industrial, impossibilitando o pleno desenvolvimento das forças produtivas da nação, num processo que atinge toda a cultura do povo (NASCIMENTO, 1986, p. 116, 117, 137, 138). Difícilmente é lembrado que, em países menos ligados a políticas de caráter liberal e que mantêm controles sobre o capital, as empresas e a força de trabalho podem suportar crises econômicas e financeiras muito melhor do que em outros, porque não ficam vulneráveis a perdas determinadas pela migração de empresas, de capital e de mão-de-obra qualificada<sup>1</sup>. E menos notado ainda é o fato de que, nos países ricos, o liberalismo sempre foi aplicado de forma seletiva, como no século passado, quando os ingleses pregavam o liberalismo, mas reservavam o seu mercado para a produção interna ou de suas colônias. Hoje, a nova liberalização, sob o nome de globalização, apresenta a mesma característica, permitindo ao embaixador brasileiro na União Européia dizer que:

Eles [os países ricos] tiveram vantagens porque passaram a vender muito mais para nós, mas não abriram seus mercados para aqueles produtos que exportamos. Para o que eles fabricam, tudo bem, abre, funcionam as leis do mercado, etc. Para os produtos dos quais eles dependem, não vale mais o mercado, o que há é proteção (CALDAS, 1998).

Isso quer dizer que nos setores onde os países ricos não são eficientes é aplicado o protecionismo, com a imposição de altas barreiras. O liberalismo procura obscurecer o fato de que o controle do Estado e da nação sobre a vida econômica desenvolvendo-se em seu território contribui para fortalecê-los e deixá-los menos suscetíveis aos movimentos

internacionais econômicos e financeiros. Ele nega que assim se ganha maior liberdade de manobra, possibilitando dirigir essas atividades, fazendo-as operarem de modo mais seguro e produtivo no longo prazo, além de se poder alcançar aquilo que realmente interessa: a riqueza da nação, a defesa da sua cultura e o bem-estar do seu povo.

Trata-se de um novo fluxo do liberalismo, agora triunfante com o desaparecimento da oposição soviética. Ele ganha grande apoio, agora totalmente explícito, no poder Executivo e Legislativo Federal e dos Estados, além do mundo empresarial brasileiro comprometido e associado ao capital externo.

É uma penetração que ocorre de modo rápido e violento, na medida em que a sociedade brasileira tende a internalizar produtos, processos, idéias, conceitos e, até, palavras estrangeiras, de uma maneira subserviente, preconceituosamente, achando que estas, assim como tudo o que vem de fora, tem maior capacidade de expressão, eficácia e notoriedade. Trata-se de um processo de internalização do alienígena sem qualquer preocupação de filtrá-lo, modificá-lo ou apenas traduzi-lo, fazendo que fique adaptado, mais adequado e compreensível ao nosso meio ambiente físico-cultural. Tal fenômeno constitui-se num demonstrativo de que a dependência econômica e cultural caminham juntas, conduzindo o povo do país subdesenvolvido a um processo de dominação integral que trata de quebrar, antes de tudo, a própria vontade de resistir à penetração estrangeira e à desvalorização e destruição de tudo o que possa se constituir em elemento ou foco de resistência, a começar pela língua, elemento formador da identidade nacional.

O governo e a sociedade no Brasil põem esperanças excessivas no mundo exterior, aquele dos países desenvolvidos. Espera-se a chegada de capitais de risco que contribuam significativamente no processo de modernização e ampliação da produção, mesmo que, para isso, seja preciso oferecer subsídios e vantagens que não costumam ser dadas ao capital e a investidores locais. Nesse processo, conta mais a capacidade de pressão dos grupos que o fato de o produto ser essencial, favorecendo, assim, setores como o automobilístico, no qual já existia um número excessivo de montadoras.

São implantados mecanismos atrativos de investimentos estrangeiros que, para entrarem no país, exigem múltiplas concessões e vantagens, pois os proprietários desses recursos não gostam de correr riscos e, sempre, desejam obter grandes

---

(1) "Não surpreende, pois, que os países menos afetados pela crise tenham sido exatamente os menos integrados ao movimento de liberalização financeira, como é o caso da Índia e da China" (RODRIGUES, OLIVEIRA & AMARAL, 1998).

ganhos sobre o capital investido, deslocando seus recursos e empresas para os países e regiões que mais e maiores vantagens possam oferecer-lhes<sup>2</sup>.

Exemplo dessa situação foi a implantação da indústria automobilística no Brasil feita com investimentos estrangeiros, com as montadoras trazendo equipamentos e máquinas velhas e obsoletas e recebendo grandes subsídios, que no período 1956/61 atingiram US\$0,89 para cada dólar aplicado. Essa mesma indústria em 1966/68, apenas quatro anos após ter atingido o máximo de nacionalização da sua produção, necessitava de mais incentivos governamentais para se modernizar, voltando a renovar-se em grande escala, dentro de um processo de reinício do ciclo das substituições de importações. Agora, nesta segunda metade da década de 1990, observamos uma renovação desse processo, que não tem fim, com empresas automobilísticas antigas e novas recebendo mais doações e subsídios, além de novos recursos e vantagens concedidos pelas autoridades governamentais. Estas, sem se importarem com o fato de existir um número excessivo de fábricas de automóveis no país, gastam na construção de infraestrutura para servir a essas empresas, oferecem tarifas subsidiadas de energia, garantia de transporte público, dão terrenos, concedem isenção de imposto predial e territorial urbano, isentam ou permitem pagamentos impostos como o ICMS com carência de até dez anos, chegando até a se comprometerem a complementar capital necessário ao investimento (ALMEIDA, 1972, p.41; NASCIMENTO, 1976, p. 65, 76-79,136; LEVY, 1996; NASCIMENTO, 1996, p. 91-96; OLMOS, 1996; REALI JÚNIOR, 1996; SARDENBERG, 1997).

Continua-se a recorrer a empréstimos no exterior para investimentos e obras públicas, e até estimula-se a entrada de capital especulativo para cobrir déficits da balança de pagamentos. Não existe o cuidado de promover a poupança e a formação interna de capital e de conduzir o consumo para absorver a produção interna.

Nota-se a existência de uma abertura indiscriminada para o exterior, num processo que reforça a dependência econômica, colocando o mercado, as forças produtivas e a riqueza do território nacional a serviço dos grandes centros do capital e do poder.

Esquece-se que a dependência econômica constitui uma espécie de prisão dentro de círculos de força, determinados pelo capital externo alocado no país com o apoio do capital interno e dos interesses locais. Esses círculos

sobrevivem e prosperam graças à condição de país subdesenvolvido e dependente.

Pode-se, aí, atingir uma situação tornada confortável para grupos que se preservam na astúcia de ocultar o fato de ser possível lutar contra a internacionalização e que divulgam o conformismo junto com a manutenção do status quo, usando o liberalismo como ideologia racionalizadora do processo.

Para escapar disso, é preciso ter criatividade, adquirir e expandir a vontade de desenvolver, dispor-se a enfrentar sacrifícios e muito trabalho, além de ter sempre presente a idéia de quais seriam os interesses gerais da nação e da necessidade de promoção de suas forças produtivas. É preciso, antes de tudo, saber que espécie de nação queremos construir e para onde se quer levar o país, o que significa estabelecer objetivos e parâmetros que mostrem o destino e norteiem a busca a ser iniciada, os valores e as conquistas a serem preservadas.

Ao mesmo tempo, o alcance de uma velocidade de escape do subdesenvolvimento exige aparelhos financeiro e produtor instalados modernos e eficientes; população e mão-de-obra educadas e devidamente instruídas para o trabalho; conhecimento técnico e científico, o que significa existência de um sistema eficiente de educação.

Aceita-se, entre nós, facilmente, a divisão internacional do trabalho, conformando-se, na melhor das hipóteses, com a situação de economia dependente em que o Brasil já está inserido. É ignorada a lição da história, que mostra terem todos os países, mesmo os novos industrializados da Ásia, como a Coreia, chegado à situação de desenvolvidos através da promoção e da proteção do seu mercado, mão – de - obra e capital, além do fomento à poupança interna. Eles se constituem, assim como o Japão, em países que nunca hesitaram em fazer uso da intervenção e ação plena do Estado na vida econômica, nações que, ainda, limitam e penalizam direta e indiretamente as importações e dificultam a ocorrência de participações acionárias dominantes de capitais estrangeiros em suas empresas.

Em nossos dias e em países como o Brasil, temos um bom exemplo da difusão de ideologias constituindo-se num eficiente instrumento de dominação econômica. A ascensão e expansão do liberalismo trazem consigo o internacionalismo, que rejeita e combate a idéia de nação, rompendo defesas de mercado e destruindo mecanismos incentivadores e promotores das forças produtivas locais. Ela libera forças e

---

(2) Em encontro com autoridades do governo brasileiro realizado em Houston [EUA] e representantes de quase 500 empresas americanas de petróleo, "as empresas aproveitaram a chance para avisar que o investimento estrangeiro irá para o país que oferecer mais vantagens e condições de lucro" (CALDAS, 1998).

estimula grupos dentro do país, que ganham poder, passando a agir com mais desenvoltura, conduzindo a fundamentalismos e posturas de caráter discriminatório, até mesmo de caráter racista, antes inexistentes, declinantes ou apenas adormecidos.

Trata-se de grupos ditos minoritários, de fundamento étnico, cultural, religioso e empresarial que ganham autonomia e nova força, constituindo-se, dentro do país, em centros de promoção e apoio ao avanço do liberalismo, à internacionalização. Eles, também, transformam-se em fomentadores de uma maior compartimentação da sociedade em múltiplos grupos de interesse, tornando-a fragmentada e frágil frente a pressões externas, além de pouco capaz de tomar decisões e adotar medidas de caráter geral, na medida em que sempre haverá interesses contrariados.

Tudo isso ocorre dentro de um mundo onde o processo de dominação, a partir de pontos centrais e de grupos econômicos deles oriundos, é feito sobre o vasto entorno que se deixa iludir pela ideologia de globalização e de sua inevitabilidade. O mundo periférico não percebe ser possível e preciso lutar contra essa internacionalização. Aceitando pacificamente a condição de áreas dependentes e as idéias do liberalismo, esquece-se que a Inglaterra já havia começado a enfrentar o poder da Liga Hanseática a partir do século XIV, do mesmo modo que os EUA, a Alemanha, o Japão e outros países hoje desenvolvidos "lutaram" contra o domínio econômico inglês no mundo do século XIX. Todos adotaram uma política econômica nacionalista, protetora do mercado interno e promotora da produção e das forças produtivas locais, num processo que levou cada país emergente como novo industrializado a posicionar-se contra aqueles que o precederam, abrindo seu espaço no Mundo Desenvolvido (BARAN, 1960, p. 181 - 186; LIST, 1986, p. 16 - 20, 31 - 43).

Será sempre importante lembrar que a globalização não passa de uma versão modernizada do liberalismo, trazendo embutida a velha "teoria das vantagens comparativas" do classicismo econômico. Ela não implica numa eliminação de fronteiras, nem condução a uma unidade do planeta ou ao desaparecimento das necessidades, interesses e diferenças nacionais.

Desse modo, a globalização, em sua verdadeira forma e conteúdo, apenas constitui-se numa maneira mais eficiente e barata de contornar ou saltar fronteiras em benefício do Mundo Central e, principalmente, de seus grupos econômicos que, assim, podem multiplicar suas vantagens e ganhos. Ela corresponde a uma época de maior preponderância do capital

financeiro e a um aprofundamento daquela migração cativa de empresas já observada após a Primeira Guerra Mundial.

Isto significa tratar-se da simples instalação de filiais ou empresas subsidiárias na periferia, dando continuidade à dependência econômica e, no caso do Brasil, de renovação da substituição de importações. Continuamos, desse modo, a modernizar o país para manter uma situação de subdesenvolvimento subordinado, sustentadora de um movimento mais autêntico, com grande acúmulo de riqueza nos países ricos. Em 1990, o segundo presidente civil dá, com grande ênfase, início a um processo de contenção das atividades econômicas, com redução do crédito, aumento da taxa de juros e confisco temporário de depósitos bancários. Ao mesmo tempo, começa a ser promovida uma abertura para o exterior, materializada na redução das tarifas e promoção de importações.

Tudo é feito numa tentativa nervosa de combater a inflação, política deflacionária que continuaria a ser aplicada de forma flexível apenas na aparência, por enquanto com resultados positivos, mas fazendo a população pagar um preço alto e amargo. Entretanto, se a roupagem parece ser heterodoxa, não se deixa de acompanhar a ortodoxia monetarista e do FMI, mesmo quando isso significa o Estado se desfazer de órgãos e empresas.

O Estado, assim, acaba sendo levado a perder todo um patrimônio que vem sendo acumulado desde o primeiro Governo Vargas e que é propiciador de ações diretas e de implementação de uma política econômica de caráter imperativo.

Além disso, as unidades dos aparelhos produtor e financeiro brasileiros são conduzidas à destruição ou aprofundamento da desnacionalização pela sua exposição à concorrência internacional e venda das empresas particulares e estatais em condições que não têm deixado de ser vantajosas para os compradores.

Trata-se do mesmo processo que atinge seu máximo com o Plano Real, que baixou ainda mais as tarifas alfandegárias, reduziu drasticamente ou eliminou barreiras não-tarifárias e manteve a taxa de câmbio em um nível sobrevalorizado, estimulando as importações e dificultando as exportações, criando assim novos problemas. Surge o déficit do balanço comercial e nas transações correntes, que antes apresentavam superávit.

Em consequência dessa situação, ocorre o fechamento e redução das dimensões de empresas, que não conseguem concorrer com o produtor externo, muitas vezes subsidiado e

protegido em seus países de origem. Consequentemente, aumenta o desemprego e o mal estar da população que, naturalmente, passa a buscar a manutenção de sua sobrevivência de qualquer maneira que pareça estar ao seu alcance, inchando as áreas urbanas de desempregados e abandonados, habitantes das ruas, além dos já tradicionais favelados.

Na melhor das hipóteses, as pessoas, quando não optam por atividades ilícitas, emigram ou vão para o setor informal, recorrem ao pequeno comércio ambulante, dedicam-se a produções e serviços de base doméstica, ou procuram forçar soluções que implicam uma ação mais enérgica de um governo incapaz de tomar decisões rápidas, fortes e pouco populares. Ocorre um recrudescimento de ações como o Movimento dos Sem Terra, Movimento dos Sem Teto, buscando e forçando saídas e soluções para velhos problemas, agora agravados e tornados mais prementes pelo avanço da globalização, provocando novas instabilidades políticas e sociais, com as quais o Estado parece não saber lidar, enquanto a descentralização imposta pela nova Constituição enfraquece o Governo Federal e até mesmo os governos estaduais, à proporção que lhes tira autoridade e recursos.

Agora são favorecidos os poderes locais ineptos para tratar com a realidade brasileira e novas responsabilidades, além de desinteressados das necessidades do povo e da nação. Foram geradas, com a opção neoliberal e em nome das leis de mercado, situações desestabilizadoras que quebraram o equilíbrio e a coerência básica do sistema econômico, justamente no momento em que ele necessitava ser reestruturado e fortalecido. Assim, aumentou a vulnerabilidade do sistema econômico brasileiro e das suas estruturas componentes, criando-se situações de fragilidade propiciadoras de um aprofundamento de grau na sua dependência frente ao Mundo Central e às empresas transnacionais.

A solução desses problemas não poderá ser encontrada na área social. Ela requer uma atuação econômica, mais profunda, alterando a força, o sentido e a direção da ação do Estado. Ela exige que rapidamente se confeccione e aplique uma política econômica para o país, pois deixar livres as forças do mercado pode significar a destruição e perda irrecuperável de bens e do maior patrimônio e riqueza que a nação pode ter: a sua população, que precisa ser vista, sentida e, também, atuar como uma entidade mais ampla, como povo.

Por isso, é preciso criar resistência à

internacionalização, que não deve ser direta, para evitar um choque frontal com o mundo exterior, seja com os países industrializados, seja com os nossos sócios do Mercosul. Este acordo, por exemplo, precisa ser reformulado, destituído do sotaque espanhol e colocado em termos mais brasileiros, num processo que, também, implicaria a desaceleração da sua implantação. Seria o equivalente a colocar grades e telas numa casa, para poder deixar portas e janelas abertas, mantendo um mínimo de privacidade, segurança e estabilidade, garantindo as indispensáveis liberdades de manobra, sem cortar o contacto com o exterior, mas deixando passar apenas aquilo que se quer ter no seu interior.

É necessário evitar a formação de oposições e resistências às tentativas de promoção das forças produtivas brasileiras. Pode-se proteger e estimular a produção interna, a mão-de-obra e a criatividade nacionais, ao mesmo tempo que se mantém relativamente aberto o mercado ao comércio exterior, sob uma vigilância e controle adequados, garantidores de um desenvolvimento autônomo e auto-sustentado.

Disso, naturalmente, resultará que, em certos setores, pelo menos por algum tempo, haverá necessidade de subsidiar a atividade econômica. Será importante promover o desenvolvimento de regiões mais pobres e a melhoria de classes e camadas menos favorecidas da população que, enriquecidas, poderiam desempenhar papel mais importante dentro da economia brasileira que o de outros países aos quais o governo nacional faz concessões para que participem de um mercado comum de valor duvidoso para uma nação do porte da nossa.

Esse seria um processo controlado por um governo dotado de uma política econômica coerente, visando ao desenvolvimento das forças produtivas do país, mantidas autônomas e sempre livres de controle externo. Ele não deixaria de aceitar contribuições e participações estrangeiras, em caráter minoritário e secundário, mantendo o influxo do conhecimento científico, de novas técnicas e tecnologias. Aqui sempre seria preciso tomar o cuidado de evitar acordos prejudiciais aos interesses da nação e do povo, protegendo o mercado, a cultura, a criatividade, a qualidade e o padrão de vida brasileiros.

Convém substituir as exportações de produtos primários por industrializados que incorporem maior valor específico, portanto mais tecnologia e força de trabalho. Os produtos mais simples de extração ou fabricação local também devem ceder lugar no comércio exterior àqueles de maior complexidade e mais alto preço. Por exemplo, devemos

exportar automóveis em lugar de chapas de aço, ou chapas de aço em vez de minério de ferro.

A população deve ser estimulada a comprar produtos nacionais, levada a compreender que assim estará protegendo o próprio emprego e bem estar, além da própria capacidade de compra futura.

No conjunto dessas medidas protetoras e incentivadoras, adotadas e implementadas por um longo período, evitando oscilações, que só causariam dano à produção nacional, será necessário não abdicar do uso das tarifas aduaneiras para proteger o mercado interno e, ainda, criar outros impostos e acréscimos de taxas sobre produtos importados, penalizando a sua aquisição e uso. Dessas mercadorias, também, seriam cobrados taxas e impostos específicos como adicionais de consumo, de produtos industrializados e de selo.

Poder-se-ia introduzir um sistema adicional de tarifas sobre o peso e sobre o volume dos produtos importados, afora a cobrança de maiores taxas de depósito e de trânsito nos portos e aeroportos. Esta seria uma forma de encarecer justamente aqueles produtos que já têm um custo de transporte mais elevado e corrigir subfaturamentos na sua importação, favorecendo mais ainda a produção nacional.

Por outro lado, é preciso lembrar ser mais importante taxar as mercadorias de uso comum, de menor valor unitário e importados em maior quantidade do que os produtos de luxo e mais caros, consumidos por uma pequena fração do mercado, mais suscetíveis de serem contrabandeados para o país.

O comércio atacadista, e principalmente o varejista, deve ser induzido a comprar e favorecer a venda de produtos nacionais, que precisariam ser promovidos com intensidade e prioridade pelos meios de comunicação social.

Entraves burocráticos, como licenças prévias de importação, compras de contratos de câmbio, precisam ser mais utilizadas, enquanto compradores de mercadorias importadas de maior valor unitário, como automóveis, deveriam ter sua declaração de imposto de renda auditada, cabendo-lhes explicar a origem dos seus recursos. Este é um processo simples que poderia ser estendido a residentes no Brasil que saiam para viagens de turismo no exterior que, além disso, passariam a pagar imposto de importação sobre tudo o que trouxessem na sua bagagem.

Nesse mesmo caminho, poder-se-ia exigir que todos os nomes, rótulos, instruções e manuais de bens importados fossem escritos em bom português. Essa regra também seria

aplicada para mercadorias de fabricação local, escapando-se nesse último caso, também, do pagamento de royalties pelo uso de nomes e marcas de fantasia, pagamento que deveria ser proibido em todo o país, forçando a adoção e criação de marcas nacionais.

A exigência de padronização conforme normas nacionais e de certificados de qualidade fornecidos por instituições e técnicos brasileiros contribuiria para melhor proteger o mercado e os consumidores e para gerar mais emprego no país.

Além disso, os bancos, empresas financeiras e companhias de seguro devem permanecer sempre sob controle nacional, ao mesmo tempo em que a população deve ser estimulada a poupar, a fim de se gerar e acumular capital internamente.

Empresas e franquias estrangeiras, como lojas de bugigangas ou alimentos e lavanderias, não seriam permitidas, assim como seria proibida a atividade comercial a estrangeiros, principalmente àqueles que para cá vêm a fim de vender produtos importados de seu país de origem.

Esta, ainda, é a antiga prática inglesa de colocar comerciantes dentro de um país para garantir que as compras de mercadorias e serviços no exterior fossem feitas na Inglaterra, que foi copiada pelos outros países, à medida que se incorporavam ao Mundo Central. Assim se comportaram americanos, alemães, japoneses e coreanos.

Por exemplo, com a crise que está atingindo a Coreia, os coreanos que para cá vieram a fim de importar e vender produtos desse país começaram a reagir procurando auxiliar aquela nação asiática. Deste modo: Os coreanos residentes no Brasil começaram a se organizar esta semana para formar uma corrente de solidariedade em favor de sua terra natal. A iniciativa partiu da Câmara de Comércio e Indústria Coreana do Brasil, que está convocando os empresários da comunidade a comprar o máximo de produtos que puderem na Coreia do Sul. A intenção é contribuir para a recuperação econômica do País conhecido como principal tigre asiático... (SCHOLZ, 1997).

Também, poder-se-ia sempre recorrer à exigência de padrões de qualidade e de segurança mínimos e normas sanitárias rígidas, além de determinar o tamanho, peso e embalagem específicos. A adoção de quotas de importação e o estabelecimento de um único local de entrada para produtos importados constituiria outra maneira de dificultar e reduzir gastos com importação, enquanto a população poderia ser estimulada a evitar a aquisição e consumo de

produtos estrangeiros, pois isso tende a conduzir a uma redução do nível de emprego interno.

Aí temos vários tipos de entraves que podem ser aplicados para proteger o nosso mercado, muitos podem ser classificados como empecilhos de caráter burocrático, de que países como o Japão não hesitam em fazer uso, como podemos ver pela declaração de escritor e político daquele país:

Eu tenho no meu carro um telefone made in Japan, e o aparelho não é bom. ...Os modelos americanos são, supostamente, muito bons, e eu já quis comprar um, mas tive de desistir por causa da burocracia. Como esse, inúmeros artigos de preço vantajoso são negados ao consumidor japonês pela lógica deformada dos burocratas nativos (ISHIHARA, 1991, p. 106).

As políticas de redução do tamanho da máquina do Estado, de retraimento da sua ação na vida econômica, praticada principalmente nestas duas últimas décadas do século, e as conseqüentes privatizações vêm constituindo um desserviço à nação e ao povo, que assim se viram desarmados e desprotegidos frente ao avanço dos países industrializados, que compreendem a importância e o valor do protecionismo, e das empresas transnacionais na sua busca ilimitada de maiores ganhos.

Quando muito e a custo enorme, isso servirá de mecanismo de choque depurador e reequilibrador da máquina governamental que, se bem aproveitado, poderá resultar em regularizador das finanças públicas. Isso também poderá ter função reorganizadora da máquina administrativa, à medida que elimina órgãos que se acham emperrados, inchados e operando a custos acima daquele que seria normal, liberando fatores de produção que, livres das amarras e vícios da antiga organização, poderão funcionar com maior eficiência em outro lugar.

Entretanto, esses defeitos não estão ocorrendo em todas as repartições e empresas estatais, enquanto a maior parte delas é de instituições que logo precisarão ser recriadas, ou representarão uma perda de poder muito grande para o governo, uma vez que a ação do Estado na vida econômica continua a se mostrar necessária e essencial para o desenvolvimento econômico, proteção da população e principalmente do cidadão, como individualidade e pessoa.

Esse uso de extinguir, para recriar logo depois órgãos ou empresas que podem ressurgir livres das antigas falhas e

restrições, ou a sua simples entrega ao setor privado, é o caminho mais fácil, pois segue as linhas de menor resistência de fazer as coisas. Mas ele traz um enorme custo e perda de forças de produção, perfeitamente evitáveis, uma vez que uma reforma profunda e bem feita no aparelho estatal e nas empresas públicas teria efeito semelhante, além de manter as vantagens do controle nacional sobre setores estratégicos de produção e do próprio processo de desenvolvimento, geradores da riqueza do país e de seu povo.

Dessa maneira, as privatizações de empresas estatais precisam ser encerradas, à medida que estas constituem instrumento da ação imperativa do governo e podem ser aquela parte do setor produtor que permanecerá sempre livre do domínio estrangeiro, garantindo-o contra a penetração exagerada de capital externo, controlador da economia local.

Tais empresas precisam, entretanto, ser reformuladas, para tornarem-se mais produtivas e eficientes, passando a agir mais de acordo com os interesses e as necessidades da nação. Assim, reestruturadas e melhor administradas, elas se transformarão em fontes de recursos financeiros para o governo, ao mesmo tempo em que poderão constituir uma base para geração e utilização de tecnologias nacionais, além de compradores de produtos de outras empresas locais, garantindo que os efeitos multiplicadores e aceleradores de renda se manifestem dentro do país. Elas serão garantia de que a renda gerada e os investimentos feitos permanecerão no país, oferecendo emprego e benefícios para a sua população.

Isso significa ser necessário impedir que esses acontecimentos ultrapassem os limites de uma destruição fertilizadora na substituição e/ou remoção de instituições esclerosadas, inoperantes e promotoras de desutilidades.

Assim, a política para reduzir o aparelho estatal e forçar o aparelho produtor nacional a competir, dentro do mercado local, com importações muitas vezes subsidiadas em seus países de origem, tem sido antes de tudo destrutiva, deixando pouca margem a uma reconstrução sadia, a custos razoáveis e em termos brasileiros. Tais medidas ultrapassam os limites de um simples choque reequilibrador e modernizador das empresas e da máquina governamental.

Não se trata de apenas de regularizar as finanças e de eliminar órgãos e repartições públicas emperradas, operando a altos custos, com número excessivo de funcionários que precisam ser substituídos ou deslocados para novas entidades a fim de que, em novo ambiente, produzirem com mais eficiência. Agora cuida-se de reduzir o tamanho e a ação do Estado na vida econômica para que a sociedade nacional se

torne uma presa mais fácil e proveitosa do capital multinacional, que aqui vem buscar maiores taxas de lucro e favores dos governos, que já não são proporcionados em seus países de origem.

A existência de setores constituídos por empresas estatais e empresas privadas verdadeiramente nacionais permitirão ao Governo uma maior autonomia na confecção de sua política econômica na medida em que a ocorrência de filiais de empresas multinacionais no país sempre será um fator não controlável ou de difícil administração. Elas escapam à ação do Estado, à proporção que traçam, na matriz, a sua própria política de investimentos e de comércio internacional, que acaba se realizando dentro delas, isto é, entre suas filiais ou entre filiais e matriz que sempre decide onde, como, quanto, com que e quando produzir.

Assim, pode-se dizer que: O comércio exterior é, cada vez mais, um comércio intrafirma. ....Uma empresa de capital estrangeiro, instalada no Brasil, não tem autonomia para competir em mercados que sua matriz deseja reservar para si ou para outras filiais, de acordo com sua própria estratégia empresarial. Um dos problemas de um setor industrial desnacionalizado é este: nossa capacidade de expansão e de penetração em mercados se subordina a decisões tomadas lá fora. Não há política de incentivo à exportação que se sobreponha a isso, a não ser que o país se disponha a conceder vantagens tão significativas que a própria matriz estrangeira decida que vale a pena aproveitá-las, em função da enorme lucratividade que a filial brasileira passaria a oferecer. Mas esse caminho, por definição, nos impõe altos custos adicionais. Os países que têm orientação exportadora agressiva contam com indústrias nacionais de peso, capazes de definir estratégias autônomas no mercado mundial (GUIMARÃES, 1998).

Deve-se, ainda, cuidar da formação e aperfeiçoamento da mão-de-obra qualificada, além da educação da população, de modo geral, tornando as pessoas familiarizadas e aptas a lidar com as novas técnicas e processos produtivos e, ao mesmo tempo, conscientes da importância e necessidade de defender a cultura, o espaço e os interesses nacionais. Simultaneamente, convém evitar quedas na taxa de crescimento da população, que precisa ser aumentada, amparada e promovida, em lugar de esterilizada. Isso porque o país nunca teve excesso de população e sim falta de emprego, de uma verdadeira reforma agrária e de distribuição de renda mais equilibrada, o que significa necessidade de mais industrialização e de um verdadeiro desenvolvimento econômico, autônomo e auto-sustentado.

A reforma agrária poderia ser pensada, em termos regionais, como maneira de melhor abrir o acesso à terra. Ela deveria ser aplicada sob a forma de arrendamento barato, mantendo a propriedade estatal ou mesmo privada da terra. Essa forma seria preferível à doação ou venda a baixos preços, já que, com o abandono da terra pelo beneficiário, se poderia passá-la imediatamente a outro interessado, mantendo, com maior eficácia e menores custos, o homem no campo e evitando o inchaço das cidades. É preciso adotar novos padrões técnicos e de qualidade, de forma a tornar os produtos mais adequados às especificidades e realidades locais. Isso também pode servir como defesa da produção brasileira, na medida em que cria produtos próprios para o uso local e inabilita os estrangeiros ou os encarece, pois terão que passar por adaptações para serem vendidos nesse mercado.

Torna-se necessário deixar de aceitar sem crítica e maior exame tudo o que vem de fora e fugir de situações que nos são apresentadas como fato consumado. É possível e preciso adquirir consciência da possibilidade e necessidade de reagir à globalização, fenômeno que não é inevitável, nem invencível, pois ele deixa liberdades de manobra, propiciadoras da criação e operação de mecanismos de defesa, devendo-se, apenas, ter capacidade e coragem de ver e agir.

Pode-se dizer que, se o subdesenvolvimento ocorre por interferência externa, ele é muito mais o resultado da sua aceitação pelos dirigentes, elites e mesmo pela população, que concorda em permanecer num estado de dependência econômica. Estes mantêm-se num estado subordinado, com uma visão de mundo e mentalidade de colonos sempre abertos à penetração externa, propiciadora de ganhos reais ou fictícios aos donos do poder e seus apaniguados.

A sociedade subdesenvolvida mantém-se desequilibrada, exageradamente penetrada de costumes, idéias e ideologias importadas e fomentadoras, sob formas dogmáticas e fundamentalistas, de mentalidades liberais e xenófilas, isolando e marginalizando todos os seus opositores, principalmente aqueles que vislumbram alguma possibilidade de resistência e de promoção de mais autonomia para o país.

Trata-se de um processo que usa do poder do coronel, pelo qual, em maior ou menor grau, tudo teria de ser cooptado e ao qual todos deveriam ficar submetidos, principalmente os ocupantes de funções de chefia e direção. Até os presidentes da república são aí incluídos, porque vivemos em uma sociedade impregnada de mandonismo, onde os detentores do poder desprezam o povo, que é encarado de modo hostil, visto apenas como massa de baixo

custo a ser usada no processo produtivo ou como mercado consumidor de mercadorias caras e de baixa qualidade.

Deste fato decorreria a necessidade permanente de paz e alianças com o exterior e com estrangeiros, com os quais sempre se revela uma grande inabilidade em negociar acordos e tratados, em boa parte porque aqueles são vistos como indiscutíveis modelos, fornecedores de soluções e parâmetros de atuação no Brasil. Eles constituiriam uma tábua de salvação, no abrigo e nas alianças, que, nos momentos de crise e em caso de necessidade, serviria como amparo e socorro contra esse velho inimigo íntimo: o povo.

A população brasileira deveria ser o verdadeiro aliado, mas sempre é vista como acompanhante incômodo, embora indispensável no processo produtivo, na medida em que, ao reivindicar melhores condições de vida, constitui ameaça ao status e à riqueza das classes dominantes. Assim tem-se uma "elite xenófila", praticamente divorciada da população, constituindo grupos que preferem fazer alianças para fora, enfraquecendo o país. É, inclusive, uma elite que não gosta de assim ser chamada, já que deseja todos os benefícios dessa posição, sem assumir as obrigações a ela inerentes. Elite de festa e gozo, que foge das responsabilidades, que desconhece o povo que deveria liderar. Elite que precisará ser substituída, caso não possa ser reconduzida, quando esse povo organizar-se para obter por si próprio aquilo que lhe é negado no presente.

Ao mesmo tempo que isso acontece, observa-se existir um deslumbramento do povo por tudo o que vem de fora, enquanto que as esquerdas tendem a adotar posturas internacionalistas e, também, a ficar atrelada de forma subordinada a movimentos e organizações multinacionais. Essas são atividades e entidades que atuam conforme seus interesses, ditados a partir de suas matrizes no Centro, tendendo a refrear atitudes e movimentos mais profundos de caráter nacionalista ou simplesmente mais vigorosos na defesa de interesses locais.

Dessa maneira empresas, igrejas e organizações religiosas ou leigas e partidos políticos, assim como empresas, grupos econômicos multinacionais acabam por constituir facetas de um mesmo objeto, da globalização. Eles são dirigidos a partir e conforme os interesses dos centros mais ricos e poderosos do planeta, onde têm suas sedes, oferecendo conexões de profundidades variadas que deixam diferentes graus de liberdade de manobra aos países onde atuam, levando a uma visão e tratamento estrangeiro dos problemas internos.

Têm-se aqui ligações que distanciam aquelas oposições dos problemas locais e fazem que elas encarem a realidade interna conforme a ótica e interesses específicos do mundo exterior. Forma-se um processo que conduz à ineficiência e esterilização daqueles que poderiam se constituir numa verdadeira oposição construtiva e eficiente, de tal forma que tudo pode acabar numa luta com objetivos calcados mais em razões abstratas que concretas, enfrentada de modo pouco adequado e desprovida de maior sentido na realidade nacional.

Termina-se por provocar grandes desgastes, dificultando e mesmo impedindo o Brasil de se constituir numa verdadeira nação, ganhar maior coesão, forças, consistência e até uma vontade mais profunda para ultrapassar as barreiras da miséria, do subdesenvolvimento e da dependência econômica, que também é cultural.

Falta ao brasileiro a verdadeira noção e sentido de sua realidade, que só pode estar expressa num nacionalismo profundo e autêntico, que elimine a mentalidade de colono dotadora de um complexo de inferioridade frente a tudo que é ou parece ser estrangeiro. Ele está sempre voltado para o exterior, principalmente para o Centro, de onde espera chegarem exemplos, melhores explicações, soluções e, mesmo, ordens e comandos para resolver os problemas que o afligem. O efeito dessa característica, além de deformador da realidade, na medida em que soluções inadequadas e inoportunas podem ser adotadas, é paralisante, eliminador da vontade e capacidade de raciocínio independente de cada brasileiro, principalmente dos pertencentes às classes dirigentes, mazombas e de competência duvidosa, pois elites verdadeiras não parecem existir neste país (MOOG, 1954, p. 144-150; KOLECZA, 1997).

Desse modo, a camada da população que, associada a grupos estrangeiros, participa do controle dos recursos econômicos e do poder político, constitui-se num conjunto para quem a verdade, o bom e o correto sempre necessitam referenda do mundo exterior. Seus membros governam, dirigem os negócios e controlam a cultura, dentro dos padrões e interesses daquelas regiões que se constituem nos seus verdadeiros centros de referência e de poder.

Por isso, a luta pela independência econômica do Brasil adquire um caráter muito mais complexo, exigindo fortalecimento das forças produtivas ao lado da formação de um novo brasileiro, curado de seus complexos e subordinações frente ao estrangeiro, sabedor de sua importância e orgulhoso de seu próprio valor.

Essa luta deve tirar proveito da divisão dos dominadores que se agrupam por diferentes origens e interesses que os ligam a diversas partes do mundo exterior, mas precisa constituir-se num processo de impulsos crescentes e cumulativos, eliminador de compartimentações e divisões internas, formado por avanços sucessivos e quase simultâneos, cada um provocando o outro, fazendo que as elites, o poder local e o mandonismo comprometidos com o subdesenvolvimento dependente, sejam saneados e controlados em favor dos interesses do povo e da nação.

Aí ficará ressaltada a importância do papel do Estado na vida brasileira, onde uma administração pública e um governo competentes serão fontes de vantagens na concorrência com outras nações, na promoção do desenvolvimento econômico e cultural e na garantia de liberdade dos cidadãos frente aos poderes locais. Isso porque a falta ou fragilidade de um poder central materializado no Estado irá fortalecer as empresas e grupos estrangeiros, as forças locais de grupos marginais e dos coronéis em detrimento dos direitos, bem-estar e segurança do homem comum.

Esta seria uma maneira de mostrar a importância da ação do Estado na vida nacional, inclusive sob formas diretas com a implantação de estabelecimentos e empresas de sua propriedade. Pode-se, assim, recuperar, modernizado e com novo alcance, o pensamento castilhistas, dizendo que: é preciso dar maiores poderes ao governo da república para limitar a força dos coronéis, grupos locais e regionais, de caráter étnico e religioso ou de interesses específicos, para melhor garantir os interesses e a liberdade individual ao cidadão brasileiro, a governabilidade e o progresso da nação.<sup>3</sup>

O Estado mais centralizado, com os excessos do federalismo abafados ou cortados, seria aquele elemento com capacidade de neutralizar e enfraquecer as forças locais que, na realidade, são os grandes defensores dos interesses estabelecidos, contrários ao progresso material do povo e a uma distribuição mais equitativa da riqueza. É o poder local que precisa ser controlado para deixar de opor-se a uma verdadeira modernização da produção com reformas, como a agrária, que teria função estabilizadora como absorvedora de mão-de-obra excedente, permitindo um aumento da produção de matérias-primas e alimentos, além de um crescimento da população garantidor do abastecimento de mão-de-obra e da ocupação futura do território brasileiro.

Disso resultará uma elite brasileira integrada e comprometida com um povo que realmente quer o desenvolvimento e a independência econômica e que fique engajado na luta para sua consecução, mesmo que durante muito tempo isso seja apenas um sonho, um sonho pelo qual e para o qual viver, que fortaleça a vontade e a disposição de trabalhar e sacrificar o presente em favor de um futuro melhor e de mais respeitabilidade.

O Brasil precisa escapar da síndrome da proteção e da situação vigente garantida. Trata-se de fenômeno antigo, já observado no Tratado Methuen, que Portugal assinou com a Inglaterra em 1703, abandonando a política econômica promotora do desenvolvimento manufatureiro, implementada pelo Conde da Ericeira, no último quinto do século XVII, sancionando e acentuando a sua condição de economia dependente da Grã-Bretanha, voltando a garantir as vantagens obtidas pelos ingleses no Tratado de 1654. Era uma situação subordinada, que seria transplantada para o Brasil independente com a vinda dos comerciantes ingleses, a abertura dos portos em 1808, os Tratados de 1810 e de 1827. (LIST, 1986, p. 46-51; SODRÉ, 1969, p. 5-43, 115-164)

Esta continua a ser a linha de menor resistência, sempre aberta e usada na condução da economia e sociedade brasileiras. É caminho que leva a buscar sempre e exclusivamente soluções no exterior, com capital, empresas, técnicos e agentes estrangeiros. Trata-se de trilha que precisa ser abandonada para que se encontre outro direcionamento, mais autêntico e adequado ao verdadeiro desenvolvimento econômico, à nação e a seu povo, com uma verdadeira geração e evolução das forças produtivas e do capital interno.

Aqui, deve-se abandonar o modo de agir de classe dirigente de país dependente, que entrega parte significativa do produto interno ao Centro dominante, apenas para ficar com pequena fração dos ganhos, sobrevivendo à sombra do capital internacional. Torna-se necessário mudar o comportamento dessa classe, que deseja tudo importar e está sempre chamando estrangeiros para atuarem no país, em vez de promover a sua população e suas forças produtivas. É preciso abandonar essa postura cômoda, que exige menor esforço, além de manter os privilégios desse grupo, que abdicou de crescer e de desenvolver-se em sua plenitude, para simplesmente sobreviver, mesmo que de forma subordinada.

---

(3)FRISCHAUER (1943, p. 36) resumiu esse pensamento na fórmula: "os mais amplos poderes de governo ao Presidente do Estado, com a salvaguarda simultânea da mais ampla liberdade individual ao cidadão". Tal pensamento poderá ser melhor compreendido na observação de FRANCO (1967, p. 203): "O partido castilhistas [...] conservaria como reflexo de sua luta contra os gasparistas uma visível desconfiança contra o ilimitado poderio dos caudilhos rurais".

---

NASCIMENTO, B. H. (2001) Globalization: a return in time. *Revista do Departamento de Geografia*, n. 14, p. 89–99.

**Abstract:** This paper discusses the problems created by the economic policy followed after the Brazilian constitutional change in 1988, focusing the necessity of returning of a nationalism that emphasizes the development of Brazil for Brazilians, rather than to the large multinationals and richer countries. Some policy changes are proposed that will allow Brazil to have a less dependent economy, while maintaining good relations with other countries, where nationalism does not require isolation or xenophobia.

**Key words:** Economic policy; Economic development; Protectionism; Brazilian economy.

Recebido em 23 de novembro de 1999; aceito em 12 de fevereiro de 2001.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, J. (1972) *A implantação da indústria automobilística no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV.
- BARAN, P. A. (1960) *A economia política do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CALDAS, S. (1998) Empresas dos EUA condicionam investimento. *O Estado de S. Paulo*, 10/04/98, p. B3.
- CALDAS, (1998). Protecionismo dos ricos perpetua a crise, diz Dauster. *O Estado de S. Paulo*, 08/11/98, p. B8.
- GUIMARÃES, S. P. (1998) Os principais desafios internacionais do Brasil. *Jornal do Economista*, no 108, Janeiro de 1998, p. 9.
- FRANCO, S. da C. (1967) *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre, Globo.
- FRISCHAUER, P. (1943) *Presidente Vargas*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- ISHIHARA, (1991) *O Japão que sabe dizer não*. São Paulo, Siciliano.
- KOLECZA, C.A. (1997) O complexo de inferioridade brasileiro. Disponível na Internet: <http://www.pdt.org.br>.
- KRISTOF, N. D. (1998) A globalização tem raízes antigas. *O Estado de S. Paulo*, 23/09/98, p. B8.
- LEVY, C. (1996) Sumaré aposta o futuro na fábrica da Honda. *O Estado de S. Paulo*, 14/04/96, p. C10.
- LIST, G.F. (1986) *Sistema nacional de economia política*. São Paulo, Nova Cultural.
- MOOG, V. (1954) *Bandeirantes e pioneiros*. Porto Alegre, Globo.
- NASCIMENTO, B. H. (1976) *Formação da indústria automobilística brasileira*. São Paulo, Instituto de Geografia USP. (Teses e Monografias, 24).
- NASCIMENTO, B. H. (1986) *O desenvolvimento e seu modelo*. Instituto de Estudos Brasileiros USP.
- NASCIMENTO, B. H. (1996) Industrialização sem fim. *Revista da SBPH*, n. 11.
- OLMOS, M. (1996). Mercedes em Minas amplia guerra fiscal. *O Estado de S. Paulo*, 19/04/96, p. B17.
- REALI Junior (1996) Franceses destacam vantagens do investimento da Renault no país. *O Estado de S. Paulo*, 14/03/96, p. B13.
- RODRIGUES, P. L.; OLIVEIRA, R.; AMARAL, R. (1998) Ricupero defende maior independência externa. *O Estado de S. Paulo*, 07/09/98, p. B3.
- SARDENBERG, (1997) A armadilha dos automóveis. *O Estado de S. Paulo*, 22/12/97, p. B4.
- SCHOLZ, C. (1997) Imigrantes aumentam importações da Coreia. *O Estado de S. Paulo*, 21/12/97, p. B4.
- SODRÉ, N. W. (1969) *As razões da independência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.